



ID: 83300171

04-11-2019

AUTARQUIAS

Apoios sociais das câmaras entre os mais baixos da UE

Só os municípios em Itália gastam menos do que os portugueses em proteção social, segundo dados citados pelo Anuário Financeiro dos Municípios. A centralização de competências no Governo central explica parte da diferença.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

JOÃO D'ESPINEY

joaodespiney@negocios.pt

Em comparação com os municípios de outros países da União Europeia, as autarquias portuguesas são das que menos gastam com proteção social, à qual dedicam 7% das suas despesas totais.

A conclusão é do Anuário Financeiro dos Municípios, que cita dados da OCDE de 2016. Os municípios distribuem a sua despesa por seis áreas: educação, proteção social, serviços gerais, saúde, economia e outros. No caso de Portugal, os serviços gerais e outros levam mais de metade da despesa municipal, pesando 29% e 26% do total, respetivamente. As autarquias portuguesas ficam bastante acima da média da UE, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 36,2%. O mesmo acontece com as atividades económicas, em que o peso destas despesas (18%) nos municípios portugueses é claramente superior à média europeia, que é de 13,5%.

Em sentido oposto, os municípios portugueses ficam abaixo da média europeia nas restantes despesas. As câmaras gastam 14% das suas despesas com educação, contra o destaque dado pela média dos municípios da União Europeia, que dedicam um quarto das suas despesas a esta função.

No entanto, a diferença é "ainda mais acentuada" na saúde e na proteção social, destacam os autores do Anuário, que foi divulgado na semana passada pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Só os municípios de Itália é que gastam menos em apoios sociais



No processo de descentralização, prevê-se que as autarquias assegurem serviços de acompanhamento social.

do que Portugal (e do que a Eslováquia e a República Checa, que estão ao nível dos municípios portugueses), ao dedicarem apenas 5% das suas despesas a estas funções. A diferença face à média europeia é também bastante relevante, já que os municípios europeus gastam quase três vezes mais com apoios sociais: 19,5%. Ao mesmo tempo, embora as câmaras portuguesas não fiquem tão em baixo na tabela, também as despesas com saúde (7% do total) ficam abaixo da média de 10,5% da UE.

"A intervenção dos municípios é bastante reduzida" nestes setores, destacam os autores do Anuário, lembrando que estas duas funções, ao contrário do que acontece noutros Estados-membros, "ainda se encontravam muito centralizadas no Governo central português". Recorde-se que a proteção social está sobretudo centralizada na Segurança Social, embo-

ra no processo de descentralização de competências (que se prevê que esteja concluído em 2021) esteja previsto que os municípios passem a assegurar serviços de atendimento e de acompanhamento social, bem como elaborar Cartas Sociais Municipais, que se pretende que incluam o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, em articulação com prioridades definidas a nível nacional e regional, entre outros aspetos.

Mais de metade do investimento é municipal

Outra característica relevante dos municípios portugueses, em comparação com as autarquias da UE, é o "elevado grau de centralização financeira" na administração central. As despesas dos municípios correspondem apenas a 12,6% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos da UE.

Só a Irlanda, o Luxemburgo e a Grécia é que gastam mais com os municípios.

Por outro lado, no que diz respeito ao peso do investimento local no total do investimento público, Portugal apresenta um valor superior (52%) à média europeia (36,1%). Só os municípios na Finlândia, na Islândia e em França assumem maior parte do investimento público do que as autarquias portuguesas.

Segundo os autores do Anuário, a posição portuguesa relaciona-se com a falta de regiões que absorveriam algumas das competências municipais. Por isso, o facto de as autarquias portuguesas aparecerem mais bem posicionadas na área do investimento "não será uma vantagem, mas pode ser uma desvantagem se comparado com o investimento total que os países organizados por regiões e municípios realizam", admitem. ■

7%

PROTEÇÃO SOCIAL

Os municípios portugueses gastam 7% das suas despesas em proteção social. Só Itália despende menos.

7%

SAÚDE

As autarquias dedicam 7% das suas despesas à saúde. Os municípios dos Estados-membros gastam 10,5%.

18%

ECONOMIA

Nas despesas com as atividades económicas, o peso em Portugal (18%) é claramente superior à média (13,5%) da UE.

55%

FUNÇÕES GERAIS

Mais de metade das despesas municipais ocorre em funções gerais e "outras". Na média da UE, estas funções pesam 36%.

iStockphoto